



REFLEXÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: COMPARAÇÃO DA VISÃO DE DUAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DO MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO – AL

Lydayanne Lilás de Melo Nobre¹, Pedro Tiago Freire Alencar², Esron Pinho³, David Santos Alves Pereira⁴, José Jenivaldo de Melo Irmão⁵

¹ Mestranda em Dinâmica do Espaço Habitado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (DEAH-FAU-UFAL) e Graduada em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL). E-mail: lydayanne@hotmail.com

² Graduando em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL). E-mail: pt_alencar@hotmail.com

³ Professor Tutor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). E-mail: esron99@hotmail.com

⁴ Graduado em Administração pelo Centro Estudos Superiores de Maceió. E-mail: davi_pereira@hotmail.com

⁵ Professor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)

Resumo: Este trabalho é um estudo de caso no município de Marechal Deodoro - AL que tem como objetivo comparar duas instituições não governamentais sobre quais os planos, projetos e programas oficiais e não oficiais com enfoque no meio ambiente, no período de 2004 a 2008, foram realizados nesta localidade, além de verificar a contribuição das ações para o desenvolvimento local integrado sustentável através do planejamento. Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica. Posteriormente, foram elaboradas e aplicadas entrevistas semi-estruturadas para realizar uma comparação entre duas entidades não governamentais, verificando qual a percepção em relação ao meio ambiente. Foi Utilizada a metodologia de Buarque (1999), para a análise dos resultados, aplicando o SOWT (FOFA – fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças). Concluindo-se que a partir da análise ambiental realizada com as duas entidades estudadas, verifica-se que no município de Marechal Deodoro – AL se tem a possibilidade de construir coletivamente ações para mudar a realidade local. Mas, tanto as ações oficiais como não oficiais no município foram paliativas, assistencialistas e descontínuas, não trazendo nenhum tipo de desenvolvimento para o local, a não ser o crescimento econômico já existente, em que só beneficia a poucos. O desenvolvimento sustentável deveria ser uma prática no município por todo seu potencial sócio-econômico, mas o que se verificou é que se prevaleceu o crescimento econômico, produzido apenas para satisfazer os ditames do sistema de mercado, gerando degradação e exclusão.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Sustentável, Planejamento Participativo.

1. INTRODUÇÃO

Ao falar sobre políticas públicas relaciona-se logo com o processo eleitoral e partidário, que se ressalta a cada eleição no país, então se discute sobre as funções destas como sendo saúde, educação, moradia, infra-estrutura, mas não questionam como essas são definidas, estruturadas e implementadas no processo de tomada de decisão e quais órgãos estão inseridos nestas decisões que devem garantir os interesses ou direitos da população.

Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia. (TEXEIRA, 2002).

Mas, quando vamos analisar na prática tudo ocorreu de forma diferente, pois cada grupo social, como as entidades não governamentais lutam por seus benefícios próprios, sendo que esta é uma tendência dos padrões de mercado, que visa a obtenção de lucro, através de grandes produções e



acumulação de riquezas a qualquer custo, mantendo assim, os indicadores de pobreza, desigualdade e discriminação e deixando-os perante a sociedade como algo normal.

Neste contexto, através de uma avaliação da situação, foi feito um estudo de caso no município de Marechal Deodoro – AL, com o intuito de comparar duas instituições não governamentais sobre quais os planos, projetos e programas oficiais e não oficiais com enfoque no meio ambiente, no período de 2004 a 2008, foram realizados nesta localidade, além de verificar a contribuição das ações para o desenvolvimento local integrado sustentável através do planejamento.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica de autores como Buarque (1999), Franco (2002), Lins (2006), Lira (2004), Sachs (2000), entre outros; que consubstanciaram as discussões e a caracterização do município de Marechal Deodoro.

Posteriormente, foram elaboradas entrevistas semi-estruturadas dirigidas as entidades governamentais para verificar qual a percepção destes atores sociais em relação ao meio ambiente no município.

Utilizando-se da metodologia de Buarque (1999), foram analisadas as entrevistas com duas entidades não governamentais, aplicando a análise SOWT (FOFA – fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças), que tem o objetivo de organizar as informações coletadas, como ponto de partida para o desenvolvimento dos planos, através da Matriz de Análise Estratégica:

Tabela 1: Matriz estratégica

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
POTENCIALIDADES/ FORTALEZAS	Onde concentrar as ações para que as potencialidades explorem as oportunidades, de modo a construir o futuro desejado?	Onde concentrar as ações para que as potencialidades possam enfrentar as ameaças viabilizando a construção do futuro desejado?
PONTOS FRACOS	Onde concentrar as ações para superar os pontos fracos que inibem a exploração das oportunidades, de modo a construir o futuro desejado?	Onde concentrar as ações para superar os pontos fracos que tornam o município vulnerável às ameaças, de modo a construir o futuro desejado?

Fonte: Buarque (1999)

A análise do ambiente das entidades se dá através da constatação das potencialidades que são todos os aspectos internos que o município pode controlar, proporcionando uma vantagem para o desenvolvimento; as oportunidades que são todos os aspectos externos que afetam positivamente os resultados do município ou seus esforços realizados para atingir os objetivos municipais; os pontos fracos são todos os aspectos internos que geram situação inadequada, proporcionando uma desvantagem pela falta de conhecimento ou ações em relação à situação; e, as ameaças que são os aspectos que afetam negativamente os resultados do município de Marechal Deodoro – AL ou seus esforços realizados para atingir os resultados municipais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram voluntárias para a construção deste trabalho duas instituições não governamentais do município de Marechal Deodoro – AL. Encontrar uma instituição que queira dar sua opinião sobre a



área ambiental, econômica e social de um município, ainda mais em um período de eleição, e esta bastante conturbada foi bem complicado. Outro fator é que a maioria das entidades não governamentais deste município é recente, pois há sempre construção e fim destas, principalmente as ligadas ao artesanato ou associação de moradores.

A primeira entidade não governamental entrevistada será denominada como entidade A. Abaixo está elencada a opinião do presidente desta:

Tabela 2: Matriz Estratégica na Visão da Entidade A

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
POTENCIALIDADES/ FORTALEZAS	TURISMO ARTESANATO GASTRONOMIA PESCA LAGOA MANGUABA	DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL ORDENAMENTO DA PESCA CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO
PONTOS FRACOS	SANEAMENTO BÁSICO INFRA-ESTRUTURA INVESTIMENTOS PÚBLICOS SEGURANÇA	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS COM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Fonte: Buarque (1999), adaptado por Nobre (2011)

A segunda entidade não governamental entrevistada será denominada como entidade B. Abaixo está elencada a opinião do presidente desta:



Tabela 3: Matriz Estratégica na Visão da Entidade B

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
POTENCIALIDADES/ FORTALEZAS	INDÚSTRIA TURISMO ECOLÓGICO LAGUNA MANGUABA PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL ARTESANATO GASTRONOMIA IF-MD PESCA	CELMM- COMPLEXO ESTAURINO LAGUNAR MUNDAÚ-MANGUABA CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO PLANEJAMENTO URBANO CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE ORDENAMENTO DO TURISMO E DA PESCA VALORIZAÇÃO DO ARTESANATO
PONTOS FRACOS	INVESTIMENTOS PÚBLICOS FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL INFRA-ESTRUTURA SANEAMENTO BÁSICO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA	POLÍTICAS PÚBLICAS CONTÍNUAS INTEGRAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS EDUCAÇÃO AMBIENTAL RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS PROJETOS

Fonte: Buarque (1999), adaptado por Nobre (2011)

As duas entidades relataram suas opiniões bem semelhantes. Sendo que é bem visível que a entidade B elencou mais pontos do que a A. Este aspecto se diferencia, pois a entidade B é muito mais engajada com as ações no município do que a A que se restringe somente ao povoado em que está localizada. Outra questão relevante é que o entrevistado A tem pouco tempo de experiência como presidente da entidade e já foi um político e no momento estava envolvido na política, querendo defender sua entidade na busca de ganhar algum benefício, não podendo fazer as críticas coerentes, enquanto o presidente da entidade B é uma das pessoas que mais fazem pelo município de Marechal Deodoro – AL, fazendo realmente sua parte de responsabilidade social, ou podemos dizer filantropia, e por ser tão participativo e está presente até na derrubada de uma pequena árvore, fazendo suas considerações é bem visado até mesmo para assumir a Secretária de Meio Ambiente do município, e neste momento não estava apoiando nenhum dos candidatos a prefeito.

Quanto às potencialidades do município se constata que Marechal Deodoro possui as características necessárias para ser desenvolvido economicamente, socialmente e ambientalmente, pois possui o privilégio de ter belezas naturais e artificiais; como praias, laguna, Área de Proteção Ambiental, tombamentos histórico e cultural, entre outros. Mas, as políticas são direcionadas para poucos e ainda precisam ser reformuladas para que torne cada vez mais forte o que já se tem de bom no município e estabilizar isto para não correr riscos nem interno e muito menos externos que são bem mais difíceis de controlar.



Oportunidades para crescer economicamente, preservando o meio ambiente não faltam no município, mas precisam-se aliar a isso estratégias para dar chances de toda a população deodorense ganhar, pois o grande problema do município é a concentração de renda na mão de poucos, enquanto as maiorias vivem de forma crítica ou subumana, sendo dependentes dos programas assistencialistas do governo federal.

As ameaças que são relatadas por estas entidades são de responsabilidade pública, mas isso não quer dizer que estas como também outras entidades e a população em si não tenha nenhuma ligação com este fato, pois se não cobrarmos nada acontece, mas esta cobrança tem que ter força, ou seja, ter uma grande parte da população envolvida na causa e sabendo o porquê estão ali lutando em busca de determinados objetivos.

Referindo-se os pontos fracos, estes também são de responsabilidade do governo e em sua maioria são critérios básicos para um bem-estar social.

Na visão, destas entidades existem vários aspectos a serem investidos, organizados e planejados para que se tente traçar uma perspectiva de futuro em que as políticas públicas sejam igualitárias e feitas para a maioria da população, com o intuito que as futuras gerações tenham acesso a tudo o que hoje temos e que encontre neste município diversidade de atividades econômicas e um modelo de preservação ambiental aliado a questão cultural.

6. CONCLUSÕES

A partir da análise ambiental realizada com as duas entidades estudadas, verifica-se que no município de Marechal Deodoro – AL se tem a possibilidade de construir coletivamente ações para mudar a realidade local.

Mas, tanto as ações oficiais como não oficiais no município foram paliativas, assistencialistas e descontínuas, não trazendo nenhum tipo de desenvolvimento para o local, a não ser o crescimento econômico já existente, em que só beneficia a poucos.

Para que haja um desenvolvimento local e/ou sustentável, que é muito idealizado pela sociedade contemporânea, faz-se necessário traçar um plano estratégico que integre os atores, como uma cooperação cidadã, sendo as discussões, projetos elaborados em conjunto com os anseios da população e do poder público, assim seria uma forma de fazer com que as políticas públicas fossem contínuas, independentemente de quem estivesse no poder.

O município tem todas as potencialidades e oportunidades, tanto no aspecto ambiental, cultural, econômico, social, ecológico, territorial e político para se quebrar paradigmas e se tornar um modelo no Brasil.

Portanto, o desenvolvimento sustentável deveria ser uma prática no município por todo seu potencial sócio-econômico, mas o que se verificou é que se prevaleceu o crescimento econômico, produzido apenas para satisfazer os ditames do sistema de mercado, gerando degradação e exclusão.

Vale ressaltar que ações como de umas das entidades são de grande importância para aos poucos ir buscando estas mudanças citadas. Pois, quando alguém vê algo dando certo, fazendo a diferença se utiliza disto para se adaptar, ou seja, para mudar e aos poucos essas pequenas ações vão se tornando grandes.

As políticas públicas, quando bem e seriamente direcionadas aos seus objetivos, são prerrogativas essenciais para o rápido e eficaz desenvolvimento – que atendam os requisitos mínimos de vivência, e não de sobrevivência, no que tange as necessidades físico-psicossocial humana – de comunidades marginalmente desenvolvidas. E, o poder estatal, mesmo com a inserção de outros setores sociais que muitas vezes pregam uma ideologia baseada no estado mínimo, se configura indubitavelmente como o principal formulador e implementador de políticas públicas.



REFERÊNCIAS

BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Brasília. Terra Mater, 1999.

FRANCO, Augusto. **Pobreza & Desenvolvimento**. Brasília. Aed, 2002.

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. **Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social**. IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). Introdução à política brasileira, São Paulo. Paulus. 2003.

DIAS, R. 2009. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas.

GOMES, Ângela de Castro. **Política: história, ciência, cultura etc**. Estudos Históricos - Historiografia, Rio de Janeiro, v.9, nº 17, p.59-84, 1996.

GUIMARÃES, M. R. **Progressivo: muito além do aspecto**. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DO PARANÁ, 11., 1997, Cascavel. Anais.Cascavel: Unioeste, 1997.

LINS, Stefani Brito (Coord). **Enciclopédia – Municípios de Alagoas. Maceió – AL**: Instituto Arnon de Mello, 2006.

LIRA, Fernando José de. **Potencialidades e ilusão do desenvolvimento do Estado de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2004.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre: Revista Sociologias, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p.20-45.

TEXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. In: AATR-BA, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 1995.



19 a 21 de outubro - Ciência, tecnologia e inovação: ações sustentáveis para o desenvolvimento regional